

TRAVESSIAS DE VIDA E DE PESQUISA: NOTAS SOBRE ESTUDOS DA IMIGRAÇÃO HISPANO-AMERICANA NO BRASIL

*Sidney Antônio da Silva**

1 Introdução

O meu interesse pela problemática da imigração hispano-americana em São Paulo se deu, em primeiro lugar, por um compromisso de cunho religioso, pois, como membro da Pastoral do Migrante, a bandeira da defesa dos direitos dos migrantes se colocava como um caminho a ser trilhado no dia a dia das atividades pastorais. Em segundo, quando assumi a direção do Centro de Estudos Migratórios-CEM¹, em 1991. Nesse momento outro desafio se colocava ao iniciante pesquisador: entender o fenômeno das migrações a partir de outras perspectivas, isto é, nas suas dimensões socioculturais, econômica, jurídica e política.

O contato com a comunidade boliviana residente em São Paulo foi, portanto, uma decorrência daquelas inserções, com implicações, tanto para o pesquisador quanto para o agente religioso. Para este, o problema que se colocava era lidar com essa dupla inserção, mantendo o distanciamento daquilo que lhe parecia familiar, condição, aliás, exigida para qualquer pesquisa acadêmica. Já para a pesquisador, o grande desafio era desvendar as tramas das relações sociais tecidas pelos imigrantes bolivianos, particularmente por aqueles que trabalhavam no setor da costura, os quais enfrentavam com frequência situações de exploração de sua mão de obra, além do preconceito de ordem social e étnica.

É, a partir deste contexto, onde pesquisa e militância religiosa se entrecruzavam, que este texto propõe-se a fazer, em um primeiro momento, uma releitura da trajetória de pesquisa do próprio autor entre os bolivianos em São Paulo. Em segundo, buscar-se-á fazer um balanço da produção acadêmica voltada para os hispano-americanos no Brasil nos últimos vinte e cinco anos, particularmente sobre a presença boliviana na cidade, e tecer algumas considerações sobre a “preferência” de pesquisadores (as) por temáticas relacionadas a esse grupo e não com outros imigrantes que enfrentam desafios similares. Para tanto, foram consultadas duas bases de dados: o banco

* Prof. Dr. de Antropologia (UFAM)

de dissertações e teses da CAPES e a base de dados do Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM). Finalmente, tomando como exemplo o caso dos venezuelanos na Região Norte, pretende-se apontar alguns desafios teórico-metodológicos aos estudos migratórios voltados à temática dos hispano-americanos no Brasil.

2 A imigração boliviana em São Paulo na década de 1990: uma temática ainda desconhecida para a academia

Em 1992, quando ingressei no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina (PROLAM) para pesquisar a imigração boliviana em São Paulo, deparei-me com um fato inusitado, não havia nenhuma pesquisa acadêmica sobre a temática escolhida.

A proximidade com bolivianos que trabalhavam nas oficinas de costura, através do trabalho pastoral, permitiu-me entrar em contato com uma realidade que me era desconhecida e, ao mesmo tempo, velada, pois, embora eu constataste as insalubres condições de trabalho nas oficinas de costura e o pesado turno de trabalho a que eram submetidos, nem sempre eles viam aquela situação como uma forma de exploração de sua mão de obra. Tal fato apresentava-se como um desafio à pesquisa antropológica, pois, era necessário transformar o “exótico” em “familiar”, como é de praxe na pesquisa antropológica (DA MATTA, 1978). Se, por um lado, a condição de militante da pastoral facilitava a aproximação e o ingresso no quase “secreto” universo das oficinas de costura, por outro, se estabelecia uma delicada relação de confiança entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, já que esses o viam como alguém que estava lá para defendê-los, orientá-los e confortá-los espiritualmente, e não para desvelar as tramas de exploração da mão de obra boliviana, exercida, muitas vezes, pelos próprios compatriotas.

É nesse contexto de ocultamento e desvelamento que o olhar antropológico fez toda diferença, pois, analisar as relações de produção nas oficinas de costura, apenas do ponto de vista econômico, nos conduziria para um parâmetro de análises dicotômicas, colocando, de um lado, os exploradores e, do outro, os explorados. Este recorte teórico-metodológico acabaria por restringir as possibilidades de análise de uma realidade multifacetada e complexa, considerando que estas posições sociais não eram fixas. Isto quer dizer que, o “explorado” de hoje poderá ser o “explorador” de amanhã, uma vez que o grande sonho de muitos costureiros era ter, o mais rápido possível, a sua própria oficina de costura e reproduzir, assim, o mesmo esquema de exploração do qual fora objeto um dia. Tratava-se, portanto de uma verdadeira “costura de sonhos” e de estratégias, pois, para chegar lá, era preciso utilizar-se da arregimentação de trabalhadores, parentes ou compatriotas, seja na Bolívia ou em São Paulo, primeiramente na conhecida Praça Padre Bento e depois na Praça *Kantuta*, ambas localizadas no bairro do Pari (SILVA, 2003).

Assim, era preciso olhar aquele universo de pesquisa para além do espaço de trabalho que, muitas vezes, se confundia com o de moradia, para desvelar as tramas de subordinação permeadas por elementos culturais, que contribuíam para fazer das oficinas de costura uma extensão das relações familiares e de trocas de favores. Nesse contexto onde trabalho e favores se confundiam, a “dádiva” (transporte, moradia e alimentação), se transformava em dívida, num compromisso moral a ser retribuído em forma de trabalho. Porém, quando este trato verbal se transformava em distrato, o trabalhador (a) era considerado um traidor.

É nesse contexto de “violência simbólica”, que o conceito antropológico de cultura se mostrava profícuo para entender as múltiplas relações construídas no âmbito das oficinas de costura, bem como para além delas. Isto é, nas suas relações com o contexto mais amplo da cidade, pois como já apontara Leach (1995), “a cultura veste as relações sociais”. Foi nessa perspectiva que Silva (1997) apontou a importância das relações de parentesco e de amizade, as quais conjugadas com mecanismos de contratação, acabavam direcionamento a mão de obra boliviana que chegava em São Paulo às oficinas de costura dos próprios compatriotas. Vale lembrar, contudo, que essa atividade, à época da pesquisa, não era uma exclusividade de bolivianos em São Paulo, mas este setor já incorporava outros sul-americanos, como paraguaios, peruanos e chilenos.

A dinâmica de contratação da mão de obra hispânica para o setor da costura podia ser observada na praça *Kantuta*, onde reuniam-se nos fins de semana bolivianos, paraguaios, peruanos entre outros, para degustar algo típico da Bolívia ou para reencontrar um parente ou um amigo. Além desse espaço de sociabilidade, era nos campos de futebol espalhados pela cidade, onde eles jogavam uma pelada ou participavam de algum campeonato de futebol de campo ou de salão, que novas relações e possibilidades de trabalho eram vislumbradas, implicando, às vezes, o rompimento de “contratos”. Nesse contexto, não era possível ver o trabalhador (a) apenas como vítima de um processo de reprodução econômico fechado, mas como alguém que também constrói suas “táticas” para reverter uma situação desvantajosa a seu favor (CERTEAU, 1994). Entre estas táticas, destacava-se a circulação entre as oficinas de costura, ou seja, a lei da oferta e da procura é que prevalecia nos picos de demanda de mão de obra, sobretudo, para atender as demandas de fim de ano.

Em um contexto marcado pela indocumentação e pela terceirização da mão de obra, no qual trabalhadores (a) ganhavam uma ínfima parcela do preço que era estabelecido pelas grandes redes de comercialização de confecções aos donos de oficinas de costura, era difícil manter-se na formalidade, já que recaía sobre eles todos os custos da produção, ou seja, a contratação da mão de obra, incluindo casa e alimentação. O baixo preço oferecido aos trabalhadores (as) por peça costurada, obrigava-os a trabalharem mais horas do que o permitido pelas leis trabalhistas, visando ganhar um pouco mais do que lhes era oferecido.

O resultado deste processo de produção terceirizado era, por um lado, a crescente informalidade no setor, mesmo com a sistemática fiscalização do Ministério Público do Trabalho (MPT) e de campanhas informativas, feitas pelo próprio MPT, visando a regularização das oficinas e, por outro, a diminuição da indocumentação, em razão das possibilidades de regularização migratória no Brasil. Isso foi possível através da concessão de anistias e pelo acordo de residência firmado no âmbito do Mercosul, fato que significou um passo importante na conquista de direitos para os imigrantes em geral, apesar das limitações impostas pelo então vigente Estatuto do Estrangeiro².

Vale notar, contudo, que a dominação de empregadores sobre seus empregados não se restringia ao âmbito das oficinas de costura, mas podia extrapolá-las e incidir também nos espaços de lazer, como é o caso do futebol praticado nos fins de semana. É o que mostra o instigante trabalho de Ubiratan Alves Silva (2012) sobre a prática do futebol na Praça *Kantuta*. O autor constatou que tal controle se dá pelo fato de que as equipes de futebol são patrocinadas pelos donos de oficinas de costura, denominados por eles de “delegados”. São eles que organizam os campeonatos e proveem o material de esporte, como o uniforme da equipe e outras necessidades. Nesse sentido, estabelece-se uma “obrigação moral de restituir à dádiva “oferecida”, aumentando a produção.

Se, a para os trabalhadores (as) do setor da costura a realidade mudou em relação à conquista de direitos, em parte em razão de seus processos organizacionais, para os donos de oficinas também não foi diferente, já que eles passaram a controlar toda a cadeia produtiva, desde a confecção até a venda final do produto. Um desses espaços de comercialização é a chamada “feira da madrugada”, no bairro do Brás, região central da cidade. Isto significa que houve uma quebra, ainda que parcial, do monopólio do processo produtivo, exercido, até então, por coreanos e outros empresários do setor do vestiário em São Paulo, os quais terceirizam a produção, utilizando-se da mão de obra boliviana e de outros imigrantes hispânicos, como parte da cadeia de produção (SILVA, 2014).

Após a publicação do primeiro trabalho acadêmico sobre a imigração boliviana em São Paulo, intitulada *Costurando Sonhos* (SILVA, 1997), o jornal O Estado de São Paulo publicou uma matéria sobre esta comunidade dizendo que o autor da referida obra estava denunciando a existência de trabalho escravo nas oficinas de costura bolivianas. Tal matéria causou um grande impacto junto a esses imigrantes, particularmente, entre os oficinistas, pois, tal fato coincidiu com o aumento das fiscalizações nos locais de trabalho por agentes do Ministério do Trabalho, gerando um clima de insegurança entre eles.

Em uma mesa redonda, organizada pela Pastoral do Migrante em 1997 para esclarecer o mal entendido gerado pela referida reportagem, a advogada da Pastoral do Migrante, à época, Ruth Camacho e as pesquisadoras Neide Patarra e Margarida Maria Moura, foram enfáticas em defender a importância da

referida obra para os estudos migratórios e para o próprio trabalho da Pastoral do Migrante. Na visão delas, a missão de defesa dos direitos dos trabalhadores migrantes, exercida por essa instituição, não poderia ser limitada por interesses de grupos particulares. Entretanto, um empregador presente no referido evento interpelou os membros da mesa dizendo que o pesquisador na sua condição de religioso não poderia ter feito a referida pesquisa, quebrando, desta forma a relação de confiança existente entre a comunidade boliviana e a Pastoral. Outro padrão foi ainda mais incisivo ao dizer que o padre/antropólogo os havia traído. Isto significava que como militante ele não poderia ter desvelado as relações de exploração existente em algumas oficinas de costura. Em outras palavras, essa questão não era um problema com o qual a Pastoral deveria se preocupar.

No rescaldo dos fatos, pesquisador e sujeitos da pesquisa acabaram se entendendo numa nova pesquisa, agora voltada para as festas devocionais, como forma de afirmação de identidades (SILVA, 2003). A festa foi, portanto, uma porta que se abriu ao pesquisador, pois, a partir dela, era possível ver e mostrar o que os bolivianos têm de mais belo e marcante em São Paulo, sua diversidade cultural. Como um “fato social total” (SAYAD, 1998), as festas possibilitavam a análise de diferentes questões apresentadas pela comunidade boliviana, como a sua diversidade étnica, cultural e religiosa; as diferenças sociais; as formas estéticas e gestuais expressas nos ritmos e danças andinos.

Nesse novo campo de pesquisa, o grande desafio era acompanhar a quantidade de festas realizadas pelos bolivianos durante o ano, mas, particularmente, no mês de agosto, quando se celebra no dia 06 de agosto a padroeira da Bolívia, a Virgem de Copacabana. Outra festa celebrada no dia 15 de agosto é dedicada à padroeira de Cochabamba, a Virgem de Urkupiña. Essas duas festas, seja naquele momento, ou atualmente, continuam mobilizando a comunidade boliviana em São Paulo, criando um intenso ciclo de festas e de atividades que começam nove meses antes da festa principal com a realização dos novenários. Esses se transformam em espaços de sociabilidade e ensaios das fraternidades folclóricas, que animam as festas.

Realizadas anteriormente no âmbito do privado, as festividades devotas passaram a ser celebradas no espaço da Pastoral do Migrante em 1995. A primeira delas aconteceu quando missionários bolivianos trouxeram uma imagem da Virgem de Copacabana para a comunidade boliviana. Como não havia um espaço definido para ela na igreja Nossa Senhora da Paz, um espaço vazio na lateral dessa igreja foi transformado em capela. Foi nesse espaço que a imagem da Virgem foi entronizada. Vale ressaltar que, a ocupação de espaços nesta igreja pelos imigrantes bolivianos não foi vista com bons olhos por alguns paroquianos mais antigos. Um destes conflitos foi gerado pela realização da primeira festa boliviana na referida igreja, pois o salão paroquial tinha cadeiras de madeira fixas, as quais precisavam ser removidas para a realização do evento

naquele espaço. Apesar das resistências de alguns paroquianos locais, a festa da Virgem de Copacabana foi realizada no salão paroquial, cujas cadeiras, motivo da discórdia, não foram mais recolocadas. Atualmente esse salão é utilizado pela comunidade boliviana para a realização mensal dos novenários. Já a festa foi transferida para a espaço externo daquela igreja, debaixo de uma grande carpa, em razão do crescimento anual de participantes.

A partir daquele momento, a Pastoral passou a ser a “promotora oficial” das duas grandes festas devocionais em São Paulo, porém, com algumas implicações para os bolivianos, entre elas, o controle dos critérios para a indicação de festeiros (*pasantes*), antes estabelecidos por eles, sem a ingerência da Pastoral; a restrição de horário para o término dos festejos; o controle da venda de bebidas alcólicas durante os eventos e a exigência da participação assídua dos festeiros nas atividades da Pastoral (SILVA, 2003).

Com o crescimento do público participante nestas celebrações, o espaço da Pastoral tornou-se pequeno e, juntamente com ele, apareceram também alguns problemas, como reclamações de vizinhos que se incomodavam com o barulho das bandas de música e o lixo deixado nas ruas, no final dos festejos. A solução encontrada pela comunidade boliviana foi a transferência das festas para o Memorial da América Latina, em 2006 (SILVA, 2012a).

Com a transferência das festas devocionais para o Memorial da América Latina, a comunidade boliviana ganhou visibilidade e reconhecimento, já que tais festas passaram a fazer parte do calendário turístico da cidade. Contudo, a mudança de espaço implicou também na evidência em primeiro plano da dimensão cultural das festas, com o seu tradicional desfile de grupos “folclóricos”. Já, o seu lado religioso ficou obscurecido, pelo menos para quem é externo ao grupo e não conhece a sua diversidade cultural. Um exemplo disso é a dança/ritual dos *Tinku*, apresentado durante os festejos. Integrantes desse grupo folclórico entram em cena com uma *Llama* na cabeça, como parte das alegorias e, num dado momento, realizam uma luta ritual, sinalizando o derramamento de sangue, ato esse imprescindível para a fertilização da terra (*Pachamama*)³ no contexto andino. Tudo isto acontece em frente ao palco onde ficam os jurados do evento, onde também é montado um altar para as Santas bolivianas. Essas são trazidas pelos festeiros (*pasantes*) do ano, durante os dois dias de festa.

Pode-se dizer, portanto, que com a publicação da obra “Costurando Sonhos”, (SILVA, 1997), inaugura-se um amplo e rico campo de pesquisa sobre a imigração boliviana em São Paulo. Novos trabalhos e diferentes abordagens a sucederam, entre eles, destacam-se os trabalhos de Freitas (2014); Silva (2014); Nobrega (2014); Silva (2012); Novais (2008), Silva (2003), só para citar algumas teses, fazendo dos bolivianos um dos grupos mais pesquisados nos últimos vinte e cinco anos.

O interesse por essa temática se deve, talvez, pela visibilidade que o grupo ganhou na imprensa local, em razão das recorrentes matérias sobre trabalho “escravo” nas oficinas de costura. Contudo, outros fatores podem ter sido mais incisivos nesta “escolha” por parte de pesquisadores (as), como a importância econômica que o grupo vem conquistando nas últimas décadas, não somente no setor da confecção. Outros fatores a serem considerados são o ingresso da Bolívia no Mercosul e a diversidade cultural que a comunidade apresenta em diferentes espaços de São Paulo, particularmente, em bairros centrais, como o Bom Retiro, Brás, Pari e em outros mais distantes, como Guaianazes, bem como em cidades da Região Metropolitana. Nesses locais, a questão da inserção da segunda geração passou a ser um desafio à políticas públicas no âmbito educacional, pois o diálogo intercultural deve ser a regra e não a exceção no combate ao preconceito e à xenofobia (SILVA, 2012a).

3 Estudos da imigração hispano-americana no Brasil: algumas indagações

Traduzidos em números, os estudos sobre a imigração hispano-americana no Brasil trazem algumas surpresas e interrogações. Se o interesse pela imigração boliviana tem sido expressivo entre cientistas sociais, a partir da década de 1990, particularmente entre sociólogos, demógrafos, geógrafos, antropólogos, juristas e cientistas políticos, o mesmo não pode ser dito sobre outros grupos, como é o caso dos paraguaios, peruanos, chilenos, argentinos, uruguaios, colombianos e venezuelanos. A produção acadêmica voltada para esses grupos é considerada ainda modesta ou inexistente, pelo menos nas bases de dados pesquisadas, como é o caso do banco de teses e dissertações da CAPES. Embora os números apresentados no quadro abaixo pareçam dizer o contrário, na verdade, eles englobam diferentes temas e não apenas o da imigração, a partir dos quais os grupos de imigrantes foram abordados.

Quadro 1: número de dissertações e teses por nacionalidade

Nacionalidade	Mestrado	Doutorado	Total
Argentinos	175	101	286
Bolivianos	116	39	155
Colombianos	91	36	127
Peruanos	76	41	117
Paraguaios	76	28	114
Chilenos	65	31	96
Uruguaios	56	38	94
Venezuelanos	18	09	27

Fonte: Base de dados da CAPES

A considerável produção acadêmica relacionada à algumas nacionalidades mostradas no quadro acima, tem a ver com o fato de que a base de dados da CAPES inclui também trabalhos de pós-graduação no sentido *latu sensu*, ou seja, de caráter profissionalizante. Outro fator a ser considerado é que as temáticas são as mais variadas possíveis e não somente voltadas à imigração. Contudo, uma pesquisa mais atenta na referida base de dados revela que trabalhos relacionados à essa temática, ou que tenha alguma correlação com ela, são reduzidos, pelo menos para alguns grupos.

No caso dos argentinos, por exemplo, constata-se apenas doze trabalhos, sendo que o primeiro a tratar esta questão foi o de Bevilaqua (1992), que abordou a problemática dos exilados políticos da Argentina, Chile e Uruguai no Brasil.

No caso dos chilenos e uruguaios, a produção também pode ser considerada modesta, com dez trabalhos para cada grupo. Da mesma forma, pode se dizer em relação aos paraguaios, com treze trabalhos; peruanos, com dez; colombianos, com seis registros e venezuelanos com apenas um. Já no caso dos bolivianos foi constatado o inverso, com noventa e sete pesquisas.

Se, para argentinos e chilenos, o tema do exílio é recorrente em vários trabalhos, para os colombianos sobressai o tema do refúgio. Já, para uruguaios e paraguaios, predominam o tema da fronteira como espaço multicultural e bilíngue, bem como a questão das identidades nacionais e culturais e os conflitos enfrentados pela segunda geração. No caso dos peruanos, as temáticas se voltam para as influências culturais e linguísticas em região de fronteira, além do tema da primeira e segunda geração.

A área que mais concentra pesquisas é sem dúvida alguma a de ciências humanas, com destaque para a sociologia, demografia, geografia, história, antropologia, ciência política, direito e psicologia. Contudo, há pesquisas também na área das ciências médicas, da economia, da ciência da religião, do serviço social, da comunicação, da linguística, letras, educação, arte, entre outras. Ressalta-se que a área sobre estudos fronteiriços aparece com frequência, porém são cursos profissionalizantes.

Vale notar que a base de dados apresenta também algumas armadilhas, pois na busca sobre bolivianos, por exemplo, aparece um trabalho sobre haitianos em Porto Velho. Isto porque, a autora faz uma menção à imigração boliviana que antecedeu os haitianos naquela cidade e, por essa razão, aparece relacionado à imigração boliviana.

A partir de outra base de dados, a do Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM), ainda que incompleta, é possível se ter uma ideia das produções voltadas para a temática da imigração hispano-americana no Brasil, incluindo, além das teses e dissertações, artigos em periódicos, como a Revista Travessia e coletâneas. Dos oitenta e oito registros encontrados, a partir da busca com

a palavra-chave “bolivianos”, aparecem quarenta e oito trabalhos focando especificamente esse grupo, tendo na maioria deles como o *locus* das pesquisas a cidade de São Paulo. Os demais são trabalhos que discutem o tema da Migração na Bolívia e na Argentina, onde há uma vasta produção sobre este grupo.

As temáticas predominantes são as questões do trabalho, focando as contradições das relações entre capital e trabalho no setor da confecção, questões etnoculturais, o preconceito enfrentado por eles na cidade, a questão geracional, cuja inserção dos descendentes aparece como um problema de integração nas escolas. Questões alusivas aos aspectos jurídicos da imigração e o respeito aos direitos humanos também são recorrentes. Finalmente, aparecem pesquisas voltadas ao universo da saúde nas oficinas de costura, em razão de suas condições insalubres.

Há alguns artigos, porém, cujo foco é a comparação com outros grupos de imigrantes, como por exemplo, bolivianos e peruanos; bolivianos e paraguaios; bolivianos e chilenos; bolivianos e coreanos; bolivianos, peruanos e paraguaios, ou ainda trabalhos direcionados à questão geracional, englobando vários grupos. Vale notar, contudo, que constatamos apenas um trabalho voltado para a discussão das relações de gênero. Uma busca em outras bases de dados, certamente apontará outras pesquisas.

No caso dos paraguaios encontramos quinze referências de pesquisas, seja no Brasil ou no exterior. Nesse caso, além da discussão sobre a questão do trabalho nas oficinas de costura, os pesquisadores se voltam às temáticas da fronteira, da segunda geração, das relações de gênero e, principalmente, sobre a “invisibilidade” dos paraguaios em São Paulo, associados, não raras vezes, às visões preconceituosas de brasileiros que os veem relacionados com o contrabando e a falsificação de mercadorias (MALDONADO, 2015).

Para a palavra-chave “peruanos” aparecem vinte referências, algumas também de cunho comparativo, tendo como parâmetro outros grupos de imigrantes. Nesse caso, as temáticas se voltam para questões geracionais; a mobilidade deles na Tríplice Fronteira Norte; a inserção sociocultural em cidades como Manaus, Boa vista e São Paulo, e a questão da gastronomia, como um marcador das identidades culturais do grupo na cidade (SOLIVEIRA, 2004; SILVA, 2010; 2012b, SANTOS, 2013).

No caso dos “chilenos” aparecem dez trabalhos, cujas temáticas abarcam a discussão dos exilados no Brasil durante a ditadura militar no Chile; a problemática da Indocumentação; questões geracionais e a mobilidade ocupacional no país de destino (BERARDI, 2015).

Já para a palavra-chave “argentinos” aparecem sete registros, cujo enfoque dos trabalhos se volta para questões alusivas ao “refúgio” político; à indocumentação e aos direitos humanos; à segunda geração e a delicada questão das imagens e estereótipos criados por brasileiros em relação a eles.

Se a produção acadêmica envolvendo argentinos é pequena, a alusiva aos uruguaios é ainda menor, pois, apenas três trabalhos foram encontrados na base de dados do CEM. As questões predominantes são as que abordam os temas da segunda geração e a reconstrução identitária.

Finalmente, vale notar que estudos voltados para entender a presença colombiana e venezuelana no Brasil já começam a aparecer, como é o caso de um artigo sobre a passagem de colombianos na Casa do Migrante da Missão Paz (MEJÍA, 2015). Já, no caso dos venezuelanos, particularmente, na Região Norte do Brasil, aparecem três textos publicados, como é o caso de Simões, et al (2017), Gonzales (2017), Silva (2018a) e Silva (2018b), analisando a questão de políticas públicas voltadas para indígenas venezuelanos da etnia Warao.

Este levantamento, ainda que limitado, sobre pesquisas voltadas à imigração hispano-americana no Brasil a partir das bases de dados da CAPES e do CEM, nos mostra que o interesse acadêmico por esta temática só veio a acontecer no início da década de 1990, quando Bevilaqua (1992) abordou a temática de exilados políticos no Cone Sul, como foi o caso de argentinos, chilenos e uruguaios no Brasil.

O interesse tardio de acadêmicos por esta imigração no contexto brasileiro pode estar relacionado também ao fato de que o país não era mais considerado como sendo de imigração, mas de emigração, uma vez que estudos demográficos constataram a saída de brasileiros (as) para os Estados Unidos, Europa e Japão, na segunda metade da década de 1980. Embora, a presença de hispano-americanos no Brasil não fosse um fato recente, ela começou a crescer e ser notada a partir da década de 1980, com a vinda de bolivianos (as) para trabalhar no ramo das confecções (SILVA 1997). A suposta invisibilidade deles podia ser questionada, bastando passar pela praça do Pari num dia de domingo, ou ainda em algum campo de futebol, onde eles jogavam as suas peladas nos fins de semana.

A “preferência” de pesquisadores (as) por algumas temáticas variam também de um grupo para outro, passando por recortes de classe, atividades laborais, etnia e gênero. Contudo, tal “preferência” pode passar também pela simpatia do pesquisador (a) por uma temática e não por outra, pela proximidade com o grupo a ser estudado e pela sua exposição frequente na mídia. Isto pode explicar, por exemplo, o porquê de tantos trabalhos abordando a problemática das relações laborais, particularmente, entre bolivianos, e não entre outros grupos, como é o caso dos paraguaios, peruanos, argentinos, chilenos e uruguaios.

Um fato, porém, que chama a atenção é a pequena, ou até mesmo, a ausência de registro de pesquisas acadêmicas sobre costureiros (as) paraguaios, na base de dados da CAPES, já que eles também enfrentam problemas de exploração de sua mão de obra nas oficinas de costura. Tal fato, pode estar relacionado a formas de resolução de conflitos permeadas por relações de parentesco e de conterraneidade, as quais são estabelecidas no interior das oficinas de costura,

entre empregadores e empregados (MALDONADO, 2015). Isto significa que a cultura não explica tudo, mas é o contexto a partir do qual tais relações devem ser lidas e interpretadas (GEERTZ, 1978).

Outro fator que poderia indicar o pequeno interesse pelos paraguaios é a sua suposta invisibilidade na cidade, já que tudo o que remete a raízes indígenas, nesse caso guarani, tende a ser negado ou estereotipado. Entretanto, pelo fato de apresentarem semelhanças físicas com a população brasileira, tal presença pode passar despercebida, sobretudo, em região de fronteira, ou em grandes centros urbanos, como é o caso de São Paulo.

Se a temática da informalidade e exploração da mão de obra imigrante predomina entre as pesquisas sobre bolivianos, isto não significa que ela não esteja presente também entre outros grupos considerados mais qualificados profissionalmente, como é o caso de chilenos, argentinos ou uruguaios. O fato é que trabalhadores (as) desses grupos enfrentam outros problemas alusivos à sua inserção laboral no Brasil, como é o caso da revalidação de seus diplomas. Tal fato implica em desvios de função, obrigando-os a aceitarem trabalhos muito aquém de suas qualificações. Apesar das dificuldades enfrentadas por estes profissionais, as chances de mobilidade ocupacionais são maiores em relação a outros grupos de imigrantes aqui mencionados, em razão do bom nível profissional que apresentam (BERARDI, 2015).

Já as temáticas do exílio político, da identidade nacional e a dos direitos humanos predominam entre grupos de imigrantes que emigraram no período dos regimes de exceção no Cone-Sul, como foi o caso de argentinos, chilenos e uruguaios. Cabe perguntar por que esses exilados despertaram maior interesse em alguns pesquisadores do que aqueles de outros países, como a Bolívia, o Paraguai e o Peru. Talvez o grau de violência que marcou os diferentes regimes autoritários e a classificação hierárquica que estes países ocupam em relação ao Brasil, possam fornecer alguma luz na orientação de tais escolhas teórico-metodológicas.

Com a crescente feminização da migração internacional, alguns olhares se voltam para questões de gênero, já que o tradicional referencial teórico explicativo de que as mulheres seguiam seus maridos e que eles tinham a última palavra na decisão de migrar, já não dá mais conta de explicar processos migratórios, sejam eles históricos ou atuais.

4 A imigração hispano-americana na Região Norte: o caso dos venezuelanos

A Região Norte do Brasil tem sido um espaço marcado por intensa mobilidade de pessoas, seja na modalidade da migração transfronteiriça, particularmente na Tríplice Fronteira entre o Peru, a Colômbia e o Brasil (Tabatinga, AM); entre

o Brasil e a Bolívia, (Brasileia, AC); entre o Peru e o Brasil, (Assis Brasil, AC); entre o Brasil e a Venezuela (Pacaraima (RR): entre o Brasil, em Bonfim-RR e a República da Guiana ; entre o Brasil, em Oiapoque-AP e a Guiana Francesa, ou ainda nas diferentes modalidades da migração internacional na Panamazônia, a qual atingia um montante em torno de 179, 508 estrangeiros (ARAGÓN, 2012, p. 232). No entanto, com a chegada de haitianos, a partir de 2010 e, recentemente, de cubanos e venezuelanos, este número poderá ser muito maior.

Como parte do esforço de entender a dinâmica migratória na Região Norte, vale destacar o trabalho de grupos de pesquisas, entre eles o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará; o Grupo de Estudos Interdisciplinar em Fronteiras (GEIFRON), da Universidade Federal de Roraima; o Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA), da Universidade Federal do Amazonas; o Observatório das Migrações de Rondônia, da Universidade Federal de Rondônia e o Observatório do Platô das Guianas, da Universidade Federal do Amapá.

Entre os vários grupos de imigrantes que tem recebido a atenção de pesquisadores de diferentes instituições de pesquisa na Amazônia, destacamos o caso mais recente dos venezuelanos, cujo fluxo tem se intensificado na Fronteira Norte a partir de 2013.

Dados levantados por Jarochinski Silva (2017) apontam que em 2016 o número de ingressos e de saídas por Santa Elena do Uairén⁴ e Pacaraima ultrapassou cem mil pessoas, totalizando 103.831, dos quais 56.757 foram ingressos e 47.074 foram saídas, resultando num saldo de 9.683 entradas, aliás, um número pouco expressivo, se compararmos com os números divulgados pela imprensa local, em torno de 40 mil. A superestimação de dados pode ter um objetivo explícito, criar o fato político da “invasão” de “los Hermanos” no Brasil, sinalizando que é preciso controlar tais entradas. Seja como for, o fato é que em 2017, as entradas aumentaram e o saldo também, em torno de 21.983, um aumento de 100% em relação ao ano anterior, considerando o período de apenas nove meses.

No caso específico do Amazonas, segundo a Polícia Federal, em 2013 foram registradas 1.628 entradas. Já em 2014 temos um aumento expressivo com 9.320 registros, talvez em razão dos jogos da copa do mundo realizados em Manaus. Contudo, em 2015 tivemos 13.618 entradas, fato que pode estar relacionado ao agravamento da crise sociopolítica e econômica no país vizinho, a qual tem gerado a falta de abastecimento de produtos de primeira necessidade, como alimentos e remédios. Nesse sentido, o Brasil passou a ser uma das opções, em razão da proximidade geográfica, já que a emigração para países como os Estados Unidos, além do custo, tem sido mais difícil, pelo fato desse país ter aumentado o controle de cidadãos venezuelanos, como uma forma de oposição ao governo de Nicolás Maduro.

Na Fronteira com o Brasil, em Pacaraima (RR), eles solicitam o *status* de refugiado, alegando violação de direitos humanos na Venezuela, condição que os preserva do risco de serem deportados. Dados da Polícia Federal do Amazonas apontam que em 2017 foram 2.466 solicitações de refúgio em Manaus. Já segundo o Conselho Nacional para Refugiados - CONARE, no mesmo ano, 17.865 venezuelanos formalizaram o pedido de refúgio no Brasil, número que sofreu uma expressiva alteração em relação a 2016, com 10.308 pedidos. Importa lembrar que solicitar refúgio era a única forma de permanecer legal no Brasil, pelo menos, até a publicação da Resolução Normativa 126/17, a qual permite a residência no país por dois anos àqueles que tenham entrado no território brasileiro por via terrestre e seja originário de um dos países fronteiriços. O problema desta resolução são as taxas cobradas, em torno de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), consideradas altas para quem chega ao Brasil com recursos limitados. Porém, para os que não podem pagá-las, é possível pedir a sua isenção através de uma declaração de hipossuficiência econômica.

Vale notar, entretanto, que para quem pede refúgio o maior problema tem sido o tempo de espera para ser atendido pela Polícia Federal local, cerca de 90 dias, fato que enseja apreensão entre eles, pois o protocolo de agendamento não lhes confere direitos, como tirar a carteira de trabalho e de ter acesso a serviços públicos. Outro desafio é esperar a decisão final do CONARE sobre a análise do pedido de refúgio, a qual pode demorar até dois anos.

Diferentemente daqueles que cruzam a fronteira com o intuito de buscar trabalho ou continuar seus estudos no Brasil, há também aqueles que a cruzam apenas para comprar alimentos básicos como açúcar, óleo de cozinha, artigos de limpeza entre outros. O inverso também pode ser observado, ou seja, brasileiros cruzando a fronteira venezuelana para comprar gasolina, pois o preço compensa. Enquanto do lado brasileiro o litro de gasolina vale em média R\$ 4,00 reais, já no país vizinho, sai por 380 bolívares, o equivalente a 0,50 centavos de real. Outro movimento de brasileiros no país vizinho é o turismo na Ilha de Margarita, pois com o câmbio favorável aos brasileiros, esta atividade compensaria na Venezuela.

O perfil daquela imigração venezuelana não se diferencia muito do perfil das “migrações laborais”, pois em geral, eles são jovens, do sexo masculino e com uma escolaridade média. Dados do acolhimento da Pastoral do Migrante em Manaus, mostram um considerável aumento de venezuelanos na cidade, pois dos 292 atendimentos realizados em 2017, 152 eram daquela nacionalidade, ou seja, 50,2%. Tais dados revelam que eles são na sua maioria do sexo masculino, 60,6% e se enquadram numa faixa etária que vai dos 20 aos 40 anos de idade, isto é, 60,7%. Com relação à escolaridade, a maioria tem o ensino médio completo e uma parcela menor apresenta curso superior completo. Já em relação às profissões, há um leque de atividades bastante diversificado, abarcando

profissionais das áreas da saúde, professores, engenheiros, trabalhadores da construção civil, alimentos, estética capilar, e prestadores de serviços em geral, estudantes, entre outras.

Outro levantamento do perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana realizado em Boa Vista com 650 entrevistados (SIMÕES *et al*, 2017), apresenta semelhanças com os dados da Pastoral do Migrante de Manaus. Aquele levantamento apontou que se trata de uma imigração majoritariamente jovem, sendo que 72% dos entrevistados estão na faixa etária entre 20 e 39 anos de idade, predominantemente masculina (63%) e solteira (54%). São oriundos de diferentes regiões da Venezuela, embora eles se concentrem em três estados, entre eles, Bolívar (26%), Monagas (16%) e Distrito Federal (15%). Vale notar que estes são os mesmos estados de onde provêm os indígenas Warao, fato que indica a importância das redes migratórias que são construídas entre eles. Com relação à escolaridade, 78% têm o nível médio completo e 32% o nível superior completo ou com a pós-graduação.

Já, em relação a situação jurídica no Brasil, 82% são solicitantes de refúgio, já que esta era a única possibilidade de permanência legal no país até a instituição da Resolução Normativa do Conselho Nacional de Imigração – CNIG, N. 126, de 02 de março de 2017.

A inserção no mercado de trabalho se dá, em grande parte, via trabalho informal, sendo que apenas 28% estão formalmente empregados. O setor que mais os emprega é o do comércio, seguido pelo de serviços de alimentação e da construção civil. A remuneração é bastante baixa, sendo que 51% dos trabalhadores (as) recebem menos de um salário mínimo e 44% entre um e dois salários. Ainda assim, grande parte deles utiliza seus rendimentos para enviar remessas à suas famílias na Venezuela, em torno de R\$ 100,00 a R\$ 500,00 reais, valores considerados baixos, mas que representam algo, considerando a desvalorização cambial do país vizinho. No que diz respeito à imigração haitiana, outro levantamento de dados, realizado pelo Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA), constatou que os valores enviados ao país de origem são semelhantes àqueles enviados pelos venezuelanos, bem como, a finalidade de sua utilização (BAENINGER, 2017, p. 137).

No caso dos venezuelanos indígenas da etnia Warao, um levantamento encomendado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) foi realizado sobre a situação deles, na fronteira (Pacaraima) e em Boa Vista (RR). O estudo coordenado por Simões *et al* (2017) aponta os desafios que a presença desses indígenas representa às políticas de acolhimento, já que é a primeira vez que um grupo significativo de imigrantes indígenas se faz presente na Região Norte. Nesse sentido, o grande desafio é construir políticas que levem em consideração suas especificidades culturais e a situação de constante mobilidade do grupo entre os dois países e dentro do próprio Brasil (SILVA, 2018).

4.1 Desafios do outro lado da Fronteira

Indígena ou não, do outro lado da fronteira, os problemas enfrentados por eles são semelhantes, a saber, a busca por trabalho, moradia, documentação, saúde, a continuação ou o início dos estudos, além de enfrentar preconceitos que poderão dificultar a inserção de ambos grupos no Brasil.

No caso dos indígenas da etnia Warao⁵, o fato de estarem acampados ao lado da rodoviária de Manaus, no início de 2017, criou um fato político que desafiou as autoridades locais, seja em âmbito estadual ou municipal. Nesse caso, a intervenção do Ministério Público Federal (MPF) exigindo uma solução para o problema foi decisiva para ensejar um processo de discussão para viabilizar o acolhimento deles na cidade, o qual, apesar dos limites, é tido pela ACNUR, como um exemplo a ser seguido por outras cidades brasileiras.

Em Manaus, eles foram acolhidos em caráter provisório, num abrigo que foi instituído e administrado pela Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS), em junho de 2017 no bairro do Coroado. Depois de seis meses de atividades, o abrigo encerrou suas atividades em janeiro de 2018. O local chegou a abrigar cerca de trezentos indígenas no seu início, mas foi diminuindo o número de atendidos, na medida em que eles partiram para outras cidades, como Santarém e Belém (PA). A ida para essas cidades se deve ao fato de que alguns Warao visualizaram a possibilidade de desenvolver suas atividades econômicas com maior liberdade, entre elas, a prática de pedir dinheiro nas ruas, atividade essa exercida por mulheres acompanhadas de crianças. Além dessa atividade, constata-se a fabricação e venda de artesanato e o comércio informal nas ruas, exercido pelos homens (SILVA, 2018, p. 248).

Além do Abrigo do Coroado, cinco casas foram alugadas pela Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Direitos Humanos (SEMMASDH), em diferentes bairros da cidade, para abrigar os indígenas que já estavam na cidade e os que poderiam chegar no futuro. Entre os critérios que orientaram a escolha dos locais para a locação foram: a distribuição deles por grupos familiares e a proximidade de equipamentos públicos, como as unidades básicas de saúde. Segundo dados da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), dos quase seiscentos indígenas que passaram pela cidade, apenas cento e trinta e nove ainda permaneciam até o dia 25 de janeiro de 2018. Vale notar, contudo, que estes números mudam todos os dias, pois, assim como é possível constatar o desligamento de indígenas do serviço de acolhimento para migrar para outras cidades ou regressar à Venezuela, novos indígenas também podem ser inseridos nele, dado que indica a circularidade desta população migrante na Região Norte do Brasil.

Se o acolhimento e a inserção destes imigrantes são um desafio às políticas públicas, para os estudiosos do tema tal fenômeno se coloca também como um desafio teórico, considerando as especificidades dos diferentes grupos de

imigrantes, indígenas ou não. Entre as possibilidades de abordagem para esta migração estão os conceitos de “fluxos mistos”, (JAROCHINSKI SILVA et al, 2017), o qual ressalta a necessidade de se tratar os fluxos migratórios a partir de suas especificidades e, não de forma generalizante, como o fazem os estados nacionais. Se, do ponto de vista jurídico e de proteção de direitos dos migrantes é preciso atentar para suas especificidades, como é o caso de solicitantes de refúgio, de asilo, migrantes econômicos e de trânsito, já do ponto de vista explicativo dos fatores que desencadearam tais fluxos, tal conceito não os explicita, apesar de sugerir que eles possam ser distintos.

Outra possibilidade de análise é o conceito de “migração de crise” (BAENINGER; PEREZ, 2017, p. 123), a qual “é socialmente construída na origem (...), mas também anuncia a crise migratória no destino, por meio dos regimes de controle migratório e das restrições à imigração”. Desse ponto de vista, na origem do fluxo migratório venezuelano um dos fatores conjunturais que tem influenciado a saída de milhares de venezuelanos é a crise econômica e política que afeta, sobretudo, a população mais pobre, em razão das altas taxas de inflação que corrói o poder de compra dessa camada da população. Porém, vale notar que a dificuldade de se ter acesso a remédios e os altos índices de violência afetam também camadas médias da população venezuelana, embasando, desta forma, a ideia de “crise social”.

Já no país de “destino” ou de “passagem”, nesse caso, o Brasil, o que se observou foi a dificuldade encontrada pelo governo brasileiro no enquadramento jurídico desses imigrantes, obrigando-os a se utilizarem, ainda que inicialmente, da solicitação de refúgio como a única forma de proteção jurídica no país (JAROCHINSKI SILVA, 2017). Outro fator que corrobora a ideia de crise, são as dificuldades encontradas pelas autoridades locais para oferecer-lhes acolhida com um mínimo de dignidade, incluindo os indígenas, seja na fronteira (Pacaraima), em Boa Vista (RR), ou em Manaus (AM). Nesse caso, uma vez mais a presença de organizações não governamentais, religiosas ou não, tem sido decisiva nestas situações de “crise humanitária” que, aliás, se repetem no Brasil.

Uma questão que se coloca, tomando como referência esta abordagem, é o perigo da ideia de “crise” ser usada pelos estados nacionais envolvidos na migração como subterfúgio para suas ações ou omissões, em relação aos problemas enfrentados pelos imigrantes, já que esses passam a ser responsabilizados pelo “caos” que o fluxo migratório pode ensejar. Nesse sentido, a noção de “migração de crise” pode, por um lado, ser usada pelo país receptor como discurso político e ideológico para criminalizar os migrantes e, por outro, para justificar o possível “caos” gerado por eles e a ausência de políticas públicas de acolhimento, já que o “problema” sempre vem do outro lado da fronteira. Isso justifica, inclusive, o fechamento dessa aos imigrantes, ou ainda, o acesso a espaços públicos, como é o caso da praça Simão Bolívar em Boa Vista, a qual foi cercada com tapumes, com a alegação de que passaria por manutenção.

Outro conceito presente nos estudos migratórios, o qual apresenta semelhanças com o anterior, é o de migração “forçada” (JAROCHINSKI SILVA, 2017). Nesse caso, atribui-se ao contexto sociopolítico e econômico um peso determinante na decisão de emigrar, pois em alguns casos, a vida do imigrante pode estar em perigo. Assim sendo, tanto no caso de “migração de crise”, quanto neste último, fatores estruturais predominam como elementos deflagradores dos fluxos migratórios, fazendo da emigração a única saída possível. O problema é para onde ir, já que, em geral, não é possível escolher o país desejado e sonhado, isto porque, alguns países como Inglaterra, Hungria, Áustria, Estados Unidos da América, Austrália etc. fecham suas fronteiras para determinados grupos de imigrantes. Nesse contexto de restrições, para os venezuelanos, a única saída tem sido migrar para onde ainda é possível, ou seja, para países vizinhos, como é o caso do Brasil, da Colômbia e do Peru, ou ainda para outros mais ao sul do continente, como é o caso da Argentina. Nesse caso, o Brasil seria para parte deles apenas lugar de passagem.

O problema é que tanto os conceitos de “migração de crise”, quanto o de “migração forçada”, quando aplicados de forma generalizante, correm o risco de vitimizar os sujeitos migrantes, transformando-os em meros “objetos” de políticas de acolhimento emergenciais, como é o caso dos campos de refugiados. Nesse caso, importantes diferenças entre eles não são consideradas, como as de classe, gênero, cultura, raça e faixas etárias, englobando-os numa única categoria jurídica, que nem sempre coincidem com as motivações para emigrar. A questão que se coloca nestas situações é como balizar o peso de fatores estruturais nas escolhas individuais, para não se correr o risco de, por um lado, naturalizar os processos migratórios ao atribuir ao migrante total liberdade de escolha, e por outro, de transformá-lo em joguete das estruturas socioeconômicas e políticas.

Para tentar escapar dessas armadilhas teóricas, talvez o conceito de redes sociais e migratórias pode possibilita outras leituras, já que elas desempenham um papel decisivo, tanto na hora de partir, quanto nos locais de recepção. Nessa perspectiva, o protagonismo dos sujeitos migrantes é evidenciado, tornando-se decisivo para entender a dinâmica migratória num contexto cada vez mais interligado e complexo (TRUZZI, 2008).

5 Considerações finais

As reflexões aqui realizadas sobre a imigração venezuelana na Região Norte do Brasil, podem ser tomadas também como desafios à pesquisas com outros grupos de imigrantes. Primeiro, pela diversidade social e étnica inerentes aos grupos emigrados, apontando o limite do uso de categorias generalizantes nas análises; segundo, pelo aumento significativo do número de solicitantes de refúgio, como parte de uma estratégia para permanecer legalmente no país de

“destino” ou de “passagem”, já que outras possibilidades são economicamente custosas, como é o caso do visto temporário previsto pela resolução 126/17 do CNIG; terceiro, pelas dificuldades de acesso a banco de dados, particularmente, de órgãos governamentais e, por fim, pelas limitações que os instrumentais teóricos disponíveis podem apresentar diante da complexidade dos fluxos migratórios, como é o caso dos venezuelanos, cuja presença no Brasil poderá ter vários desdobramentos.

No entanto, como a imprevisibilidade e o dinamismo parecem ser uma das características dos fluxos migratórios, só o tempo dirá quem tem a razão, isto é, se parte deste fluxo se transformará em processos de inserção socioculturais, outra parte em migração de retorno, e uma terceira, quem sabe, em reemigração para outros países. Se, por um lado, é o capital que coloca em movimento a “força de trabalho” (GAUDEMAR, 1977), por outro, o trabalho não pode ser tomado como a única variável explicativa dos fluxos migratórios na atualidade. Afinal, quem migra leva consigo afetos e sonhos, e “sonhos não envelhecem”, mas renascem alhures em forma de novos projetos individuais ou familiares.

Notas

¹ Localizado no complexo da Igreja de Nossa Senhora da Paz, no Bairro da Liberdade (Centro), o Centro de Estudos Migratórios – CEM, integra o conjunto de atividades realizadas nessa igreja, entre elas, a Paróquia local, a Paróquia Pessoal dos Latino-americanos, a Missão Italiana, o CPM – Centro de Pastoral e Mediação para os Migrantes e a Casa do Migrante, anteriormente conhecida como Associação para a Integração dos Migrantes-AVIM. Voltada inicialmente para a migração interna, essa instituição passou a receber imigrantes de diferentes nacionalidades.

² Lei no 6.815/1980 que criou o Conselho Nacional de Migração – CNIG e, até a sua vigência, definiu a situação do estrangeiro no Brasil. Nota do Editor

³ No contexto Andino a Pachamama (Mãe Terra), é tida como uma deidade que garante a reprodução da vida dos camponeses e para que ela provê os frutos desejados, é necessário agracia-la antes da semeadura com oferendas, entre elas, um feto de llama branca, doces e bebidas. Na época da colheita é necessário retribuir-lhe os dons recebidos em forma de festa (SILVA, 2003).

⁴ Santa Elena do Uairén, cidade venezuelana localizada a cerca de 15 km de Pacaraima-RR, na fronteira norte do Brasil. Nota do Editor

⁵ O Grupo de Estudos Migratórios na Amazônia (GEMA) realizou em 2017 um diagnóstico sobre o acolhimento desses indígenas em Manaus, o qual foi encomendado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM). Tais dados aguardam ainda a sua publicação pela referida instituição.

Referências

- BAENINGER, R. “Migrações Internacionais: elementos para o debate no século XXI” In CUTTI, D. et al (orgs). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo, EDUC, 2015, p. 17-47.
- BAENINGER, R.; PERES, R.. “Migração de Crise” **REBEP**, Belo Horizonte, v.34, n.1, p.119-143, jan./abr. 2017.
- BEVILAQUA, M.. E. G. O. **Estrangeiros: peregrinos da América: os latino-americanos do Cone-Sul**(argentinos, chilenos e uruguaios) no Brasil de São Paulo. Originalmente apresentada como Dissertação em Antropologia Social. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1992. 494p.
- BERARDI, R. C. Análise matricial da mobilidade ocupacional: o caso, dos imigrantes chilenos no Paraná. **Travessia** – Revista do Migrante, Ano XXVIII, nº76, jan/jun, p. 81-98, 2015.
- CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, Editora Vozes, 1994.
- DA MATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter Anthropological Blues. **Boletim do Museu Nacional**. Rio de Janeiro, 1978, p. 1- 12.
- FREITAS, P. T. de. **Projeto costura: percursos sociais de trabalhadores migrantes, entre a Bolívia e a indústria de confecção das cidades de destino**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Sociologia. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2014. 435p.

- GAUDEMAR, J-P. de. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.
- GEERTZ, C. **Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GONZALEZ, A. J. A. **Emigración calificada desde Venezuela: una interpretación sistêmica**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Demografia. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2017. 158p.
- JAROCHINSKI SILVA, J. C. Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil. Trabalho apresentado na **41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu, MG, 2017.
- JAROCHINSKI SILVA, J.C. et al. Os fluxos migratórios mistos e os entraves à proteção aos refugiados. **REBEP**, Belo Horizonte, vol 34, n.1, p. 15-30, jan/abril de 2017.
- LEACH, E. **Sistemas políticos da Alta Birmânia**. São Paulo: EDUSP, 1995.
- MALDONADO, O. A invisibilidade dos Paraguaios em São Paulo. In CUTTI, D. et all (orgs). **Migração, trabalho e cidadania**. São Paulo, EDUC, 2015.
- MEJÍA, R, E. Colombianos na Casa do Migrante, São Paulo (1997-2007): desterritorialização e rebusque. **Travessia – Revista do Migrante**, Ano XXVIII, nº 76, jan/jun, p. 59- 80, 2015.
- NOBREGA, R. A. A. **Os limites da flexibilização e informalidade na produção e trabalho contemporâneos: imigração laboral boliviana e a indústria de vestuário de São Paulo**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Sociologia. Rio de Janeiro: UERJ, 2014. 155p.
- NOVAIS, D. P. V. **Tráfico de pessoas para fins de exploração do trabalho: um estudo sobre o tráfico de bolivianos para exploração do trabalho em condição análoga à de escravo na cidade de São Paulo**. Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Direito. São Paulo: USP, 2008. [s/p]
- OLIVEIRA, M. M. **Abordagens preliminares sobre a migração internacional e o caso dos peruanos em Manaus**. Originalmente apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Manaus: UFAM, 2004. [s/p]
- SANTOS, A. R. **Migração de peruanos em Boa Vista-RR**. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2013. 117P.
- SANTOS, C. A. dos; BRASIL, M.. C.; MOURA, H. A. “Persona Non Gratae? – A imigração indocumentada no Estado do Amazonas” In: COMISSÃO NACIONAL DE POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. **Migrações Internacionais: Contribuições para Políticas**. Brasília, CNPD, 2001
- SAYAD. A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo, EDUSP, 1998.
- SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo**. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014. 176p.

- SILVA, S. C. da. **Circuito espacial produtivo das confecções e exploração do trabalho na Metrópole de São Paulo. Os dois circuitos da economia urbana nos bairros do Brás e Bom Retiro.** Originalmente apresentado como Tese de Doutorado em Geografia. Campinas: Unicamp, 2012. 362p.
- SILVA, S. A. **Costurando Sonhos.** Trajetórias de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo. São Paulo, Ed. Paulinas, 1997.
- _____. Hispano-americanos em São Paulo: alcances e limites de um processo de integração. **Travessia**, São Paulo, ano 12, nº 33, jan/abril, p. 24-32, 1999.
- _____. **Virgem/Mãe/Terra.** Festas e Tradições bolivianas na metrópole. São Paulo, Hucitec, 2003.
- _____. **Bolivianos:** a presença da cultura Andina. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005a.
- _____. Faces da Latinidade: Hispano-americanos em São Paulo. **Textos NEPO**, 55. NEPO/ UNICAMP, Campinas, 2008.
- _____. Bolivianos em São Paulo: entre o sonho e a realidade, **Estudos Avançados**, N. 57, maio/agosto, p. 157-170, 2006.
- _____. Hermanos amazônicos: processo identitários e estratégias de mobilidade entre peruanos e colombianos em Manaus. In: SILVA, S. A. (org). **Migrantes em contextos urbanos.** Manaus: Edua 2010. p. 205-221.
- _____. Bolivianos em São Paulo. Dinâmica cultural e processos identitários. In: BAENINGER, R. (Org). **Imigração Boliviana no Brasil.** Campinas: NEPO, 2012a.
- _____. Peruanos em Manaus, Boa Vista e Pacaraima. Trajetórias e processos identitários. In: SILVA, S. A. (Org.) **Migrações na Pan-Amazônia** – fluxos, fronteiras e processos socioculturais. São Paulo: Hucitec/Fapeam, 2012b. p. 258-274.
- _____. Indígenas venezuelanos em Manaus: uma abordagem preliminar sobre políticas de acolhimento. In BAENINGER, R. et al (orgs). **Migrações Sul-Sul.** Campinas: NEPO/ UNICAMP, 2018a, p. 244-250.
- SILVA, C. R. da. Migração de Venezuelanos para São Paulo: reflexões iniciais a partir de uma análise qualitativa. In BAENINGER, R. et al (orgs). **Migrações Sul-Sul.** Campinas, NEPO/ UNICAMP, 2018b, p.355-366.
- SILVA, A., U.. **Praça Kantuta:** um pedacinho da Bolívia em São Paulo. São Paulo, Todas as Musas, 2012.
- SIMÕES, G.; CAVALCANTI, L.; OLIVEIRA, T.; MOREIRA, E.; CAMARGO, J. **Resumo executivo** – Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil. Brasília: Conselho Nacional de Imigração (CNIg), , 2017.
- TRUZZI, O . Redes em processos migratórios. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, v.20, n.1, p.199-218, 2008.

RESUMO

Este artigo propõe-se a tecer algumas considerações sobre a produção acadêmica voltada para a temática dos hispano-americanos no Brasil, particularmente nos últimos vinte e cinco anos. Tomando como referência a experiência de pesquisa do próprio autor deste texto entre os bolivianos em São Paulo, o artigo lança algumas hipóteses sobre o grande interesse de pesquisadores (as) voltados para questões atinentes a esse grupo, e não a outros que enfrentam problemas similares. Para tanto, duas bases de dados foram consultadas: o banco de dissertações e teses da CAPES e a base de dados do CEM. Finalmente, tomando como exemplo o caso dos venezuelanos na Região Norte, pretende-se apontar alguns desafios teórico-metodológicos aos estudos migratórios voltados à temática dos hispano-americanos.

Palavras-chaves: Hispano-americanos. Bolivianos. Venezuelanos. Fronteira.

ABSTRACT

This article proposes to do some considerations about the academic production focused on the topic of Hispano-americans in Brazil in the last twenty-five years. Taking as a reference the author's own research experience among the Bolivians in São Paulo, the text throws some hypotheses regarding the great interest of researchers about questions related to the Bolivian's group and not for others, which face similar difficulties in São Paulo. In order to do this, two databases were consulted: the dissertation and thesis bank of Capes and the Center for Migration Studies (CEM) database. Finally, taking as an example the case of the Venezuelans in the North Region, it is intended to point out some theoretical-methodological challenges to the migratory studies focused on the Hispano-americans theme in Brazil.

Keywords: Hispanic Americans. Bolivianos. Venezuelans. Border